

V!RUS

Revista do Nomads.usp
Nomads.usp Journal
ISSN 2175- 974X

desenhando coexistencia | designing coexistence | sem 2-10

Como citar esse texto: FIRMINO, R. J. Uma vida urbana ampliada como valorização da coexistência. **VIRUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=5>> Acesso em: dd mm aa.

Uma vida urbana ampliada como valorização da coexistência

Rodrigo José Firmino

Rodrigo Firmino é arquiteto, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, e professor em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Membro-fundador da rede latino-americana de estudos sobre vigilância.

Quando recebi o convite para escrever este texto, já tinha em mente que só seria possível falar sobre o tema central proposto a partir de um reflexo da minha própria trajetória na arquitetura e no urbanismo, sobre como tenho pensado a organização do espaço urbano contemporâneo.

Assim, tratar a coexistência sob o filtro de outro tema como cidades digitais significa uma enorme convergência de preocupações acadêmicas e científicas que tem permeado o meu trabalho há vários anos. Isso ocorre por três principais motivos. Primeiro, devo dizer que a compreensão do espaço e suas dinâmicas sempre foram e serão o grande alimento de minha curiosidade científica, sempre motivarão as minhas buscas, os meus estudos e minhas preocupações profissionais. Ao iniciar essa epopéia pessoal de estudos sobre o espaço, descobri outro interesse: as relações entre espaço, sociedade e avanços tecnológicos. Com uma formação acadêmica marcada temporalmente pelos anos 1990 (quando a internet e o telefone celular tornaram-se realidades tangíveis no Brasil), esse interesse concentrou-se na avassaladora hibridização de nossas relações e atividades contemporâneas com as chamadas tecnologias da informação e comunicação (TIC), o que finalmente me levou a estudar assuntos acerca do desenvolvimento de cidades digitais.

Em segundo lugar, não há cidade (material ou imaterial) sem coexistência, mesmo que isso se traduza em momentos de maior ou menor conflito ou embate social, cultural, econômico e político entre as diversas realidades formadoras do espaço urbano. Assim, não há qualquer possibilidade de se compreender a cidade sem considerar a coexistência.

Finalmente, ao buscar uma compreensão cada vez mais madura sobre as cidades digitais ou o que prefiro chamar de cidade ampliada, e considerando a coexistência e a convivência de diferenças como princípio base da organização da vida urbana em cidades, fui levado a me aproximar de um conjunto de estudos conhecido como estudos sociais da ciência e tecnologia (*social studies of science and technology*), com interesses específicos sobre uma teoria chamada construção social das tecnologias (*social construction of technologies*, ou SCOT) (BIJKER, 1987). O importante nessa teoria para o contexto da coexistência é o reconhecimento de que a tecnologia (e, mais tarde, os próprios autores ampliam o espectro de reconhecimento para fatos e artefatos) é o resultado, em constante revisão, de complexos processos e relações histórica e socialmente construídas. Ao promover esse reconhecimento, seus autores organizaram uma série de conceitos e estratégias metodológicas para o estudo de um determinado desenvolvimento técnico-científico sob o filtro socioconstrutivista. Um desses conceitos, chamado flexibilidade interpretativa, explica exatamente a complexa rede de interesses, conflitos, alianças e grupos sociais relevantes - em outras palavras, a coexistência de semelhanças e diferenças - como determinantes na reconstrução analítica da história do desenvolvimento de um determinado fato ou artefato.

Quero me deter a dois aspectos importantes dessa convergência entre coexistências e cidades digitais: por um lado, a formação de uma vida urbana significativamente ampliada (material e imaterialmente) por tecnologias digitais e por processos e relações derivados da miniaturização e dispersão dessas tecnologias; e, por outro lado, a necessidade da valorização da coexistência de diferenças como âmago da reprodução do espaço urbano, e a busca pela visibilidade das diferenças como possibilidade de se impedir que essa vida urbana ampliada da cidade do século XXI reproduza também a ampliação das desigualdades (sociais e espaciais) características da cidade dos séculos XIX e XX.

Assim, sobre o primeiro aspecto, devo dizer que depois de muitos anos apoiado nas discussões sobre espaços, cidades e tecnologias digitais, considero, talvez estranhamente, que não vale mais a pena distinguir a chamada "cultura digital" como um fenômeno separado ou especial da vida cotidiana nos dias de hoje. O que estou querendo afirmar é que todos os fenômenos (comunicacionais, espaciais, culturais, sociais, econômicos, etc.) estimulados pelo avanço das tecnologias digitais ou TIC, já são parte inerente da própria cultura contemporânea, e que talvez não seja mais interessante distinguir a ideia de cidade em instâncias concretas (mais tradicionais) e digitais, quando tudo isso é parte de um só fenômeno de construção e transformação histórica e social do urbano e todas as suas manifestações. A isso está diretamente ligada a noção de um espaço ou cidade ampliados.

Acredito que as relações intangíveis entre os elementos do espaço contemporâneo (concretos e digitais), e o que Lev Manovich (2002) chama de *dataspace* - ou, ainda, Manuel Castells (1996) chamaria de espaço de fluxos -, contribuem para uma ampliação sem precedentes de nossas capacidades comunicativas, de nossa experiência no espaço. Essa ampliação é suportada diretamente pela crescente e imperceptível presença das TIC em vários (senão

todos) elementos e aspectos da vida cotidiana, da vida urbana. Entretanto, é importante pontuar que essa ampliação não se baseia apenas no volume ou quantidade de aparatos e tecnologias que nos cercam, mas na adição de novas dimensões qualitativas e coletivas ao espaço. Nossa experiência no espaço tornou-se mais intensa, mais independente de suas características e limitações físicas, de suas escalas, e mais determinada pelas ações e comunicações (em forma e conteúdo) que se dão na reprodução do próprio espaço.

Nesse sentido, a ampliação contemporânea de nossa realidade imediata - que, portanto, estou considerando algo mais amplo que a ideia de cidade digital -, diferentemente de experiências passadas (dado que cultos e relações pessoais ligadas a religiões, à magia e processos de experiências introspectivas como a meditação ou alucinações também produzem meios para a ampliação de nossa realidade material mais imediata), não depende de uma atitude deliberada do indivíduo ou de crenças pessoais e coletivas. As condições para a ampliação do espaço a partir do uso cotidiano das TIC estão dadas e agora fazem parte da constituição do ambiente construído, é realidade cada vez mais presente em todos os lugares e territórios. Assim, essa nova forma de ampliação é dada pela própria constituição contemporânea do espaço, na sua formação material e imaterial, permeado por dispositivos tecnológicos cada vez menores e menos perceptíveis, que se recombina às formas materiais tradicionais do ambiente construído (MITCHELL, 1995). Essa ampliação pela conexão, pela expansão de nossas capacidades comunicativas, implica na possibilidade de maior inclusão, de maior acesso, de mais oportunidades para a consideração de diferenças no espaço e na cidade. Assim, desde que o meio técnico que promove tal ampliação do espaço não seja deliberadamente limitado (como várias empresas de comunicação já tentam fazer ao limitar a velocidade de reprodução de conteúdo por faixa econômica, ou seja, uma tentativa de quebra da chamada "neutralidade da rede", o que é ainda diferente da já imposta limitação de largura de banda de conexão), a coexistência de diferenças se valoriza e se amplia exponencialmente no espaço ampliado, na cidade ampliada.

Quanto ao segundo aspecto importante, o da valorização da coexistência de diferenças, creio que o conceito de flexibilidade interpretativa (de SCOT), dá conta da diversidade de interesses e grupos envolvidos em qualquer realidade ou disputa presente nas cidades. Essa diversidade normalmente encaminha alianças e conflitos, complexas relações de redes sociais e espaciais e que devem ser reconhecidas. O reconhecimento das diferenças e de sua coexistência (na forma de conflitos e alianças) nos dá a possibilidade de valorizar a voz dos grupos econômica e politicamente. Processos participativos e de organização coletiva - que definitivamente podem ser ampliados pela própria ampliação "digital" do espaço - constituem a chave dessa possibilidade, pois permitem mapear as vozes, seus interesses, sua força social, econômica e política, e a maneira como se articulam. Não tenho aqui a intenção de discutir processos ou instrumentos e ferramentas específicas para que isso ocorra, mas a compreensão de como a ampliação da vida urbana oferece riscos e oportunidades para a valorização da coexistência de diferenças na cidade.

Ao falar em ampliação - de nossas capacidades comunicativas, de acesso, de possibilidade de experiências espaciais -, vemos também a possibilidade de consideração das diferenças como princípio fundamental de coexistências, o que definitivamente sempre marcou, e continuará marcando, as cidades e a vida urbana. Por outro lado, é evidente e crescente a segmentação¹ e segregação social e espacial das formas de ocupação e valorização do território urbano, com especial interesse em preservar formas de convivência de similaridades, a coexistência dos "iguais". Os cada vez mais presentes condomínios residenciais fechados demonstram claramente como essas questões reproduzem espaços na cidade e refletem interesses sociais e mercadológicos na construção e transformação do tecido urbano. Não há, na essência da ideia de condomínios residenciais, qualquer consideração ao diferente, ao externo (a não ser como provedor de necessidades e serviços), ao múltiplo e ao heterogêneo. O condomínio é a concentração de semelhanças: de classe, renda, usos, cultura, etnia, etc.. Nesse cenário, a noção de coexistência que venho defendendo (de diferenças, de diversidades) se mostra profundamente prejudicada. Para Caldeira (2000), ao longo da história, a cidade perdeu os muros e abriu seus espaços públicos a todos os cidadãos, criando-se a ideia de "cidades abertas", onde as diferenças, heterogeneidades coexistem abertamente. O conceito de condomínio residencial fechado elimina o diferente e homogeniza a vivência em comunidade.

A partir disso, fica também muito difícil pensar em qualquer ferramenta ou projeto atrelado à ideia de uma cidade digital (ou projetos de cidade digital) capazes de, isoladamente, trazer o tema da coexistência entre diferenças de volta à pauta principal de planejadores e gestores municipais, enfim, de tornar a coexistência central para a defesa da urbanidade na cidade contemporânea.

Vivemos um momento complexo de possibilidades, por um lado, e de tendências, por outro. O prognóstico não é dos melhores para a criação dessa urbanidade se considerarmos a maneira com que o individualismo e a valorização das semelhanças tem se reproduzido na forma com que os espaços urbanos e regionais se organizam (intra e interurbanos, intra e internacionais). As possibilidades, no entanto, estão abertas, à nossa disposição e, na minha opinião, derivam das possibilidades de ampliação (e inclusão) do espaço e das relações espaciais possibilitadas pelo uso intensivo e difundido das tecnologias digitais ou do resultado da hibridização entre o espaço e essas tecnologias (que muitos preferem chamar de cidade digital). Nos resta esperar e lutar para que essa ampliação não amplie proporcionalmente as diferenças de condições e os abismos de possibilidades de acesso, por meio da força do uso controlador e vigilante que essas tecnologias também oferecem; mas que aumente tão somente a tolerância ao heterogêneo e nos faça cada vez mais capazes de aceitar e lidar com a coexistência de diferenças na vida urbana, concreta ou digital, material ou imaterial. Pensar assim, é concordar com Milton Santos, quando diz que "a política deve propor as regras de convivência, não as regras da divisão" (SANTOS, 1998).

¹ Ver Graham e Marvin (2001).

Referências

BIJKER, W. **Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs: Toward a Theory of Sociotechnical Change**. Cambridge: MIT Press, 1987.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.

CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Cambridge: Blackwell, 1996.

GRAHAM, S.; MARVIN, S. **Splintering urbanism: networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition**. London: Routledge, 2001.

MANOVICH, L. The Poetics of Augmented Space. In: EVERETT, A.; CALDWELL, J. (Ed.). **Digitextuality**. London: Routledge, 2002.

MITCHELL, W. **City of bits: space, place and the infobahn**. Cambridge: MIT Press, 1995.

SANTOS, M. Globalização, Território, Política e Geografia. Palestra proferida na Universidade do Vale do Itajaí - Univali, outubro de 1998. In: FONTES DO AMARAL PEREIRA, R. M.; PROVESI, J. R. (Org.) **Milton Santos: Globalização, Território, Política e Geografia em Debate**. Itajaí: Editora Univali, 2008.